



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**NÚMERO:** 01/2024 CF – 7ª GRR/UDT

**DATA:** 20/06/2024

**1. ORIGEM/ÁREA REQUISITANTE:** 7ª GRR/UDT

**2. REFERÊNCIA:** Processo nº 59570.000648/2024-40-e

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

A elaboração deste Estudo visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em SRP - Sistema de Registro de Preços – Menor preço por item, visando o fornecimento, transporte, carga, descarga e montagem de arquivos deslizantes que serão destinados à modernização do acervo do Herbário “Graziela Barroso (TEPB)” da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Os herbários são locais onde são preservadas coleções botânicas importantes para o estudo da biodiversidade de um local, compondo uma “biblioteca” vegetal destinada à pesquisa, sendo considerados como uma ferramenta de pesquisa significativa para a construção de conhecimentos nesta área.

O conhecimento e a identificação das espécies de plantas são fundamentais para quem trabalha e utiliza a vegetação. E o homem de fato usa a flora (conjunto de plantas) de diferentes formas: para fins apícolas (produção de mel de abelhas e de seus derivados), artesanais, medicinais, e, principalmente, para consumo de grãos e de sementes, das folhas, das raízes e dos tubérculos, dos frutos e das flores naturais. Assim, a identificação e conservação de espécies de plantas é, portanto, de grande importância ecológica e econômica para o homem.

Os exemplares de plantas secas, identificadas e armazenadas nos herbários são chamadas de exsicatas. As exsicatas devem apresentar flores, frutos, folhas e pecíolos, assim como colmos ou caules, que são os materiais básicos para a identificação da espécie. Além disso, as características do local onde a planta foi coletada, tais como tipo de solo, topografia e clima, nome científico e popular devem ser anotadas; assim como também as coordenadas geográficas, que é um processo chamado de georreferenciamento. O objetivo desta classificação é a identificação vegetal de acordo com suas fito-características, história e região de coleta, a fim de criar uma referência taxonômica para posterior comparação e sistematização herbária em grupos por semelhanças.

Convém ressaltar que o TEPB, hoje, é o maior e mais representativo herbário do Nordeste Ocidental (Piauí e Maranhão), sendo uma importante coleção de referência nacional e internacional, especialmente para os biomas Cerrado e Caatinga e para muitos grupos vegetais característicos dessas regiões. Como consequência de intenso intercâmbio que é praticado, o Herbário TEPB tem também em seu acervo, coleções de outros estados brasileiros, e também, de países como a Argentina, Estados Unidos, Nicarágua, Bolívia e Venezuela.

A partir da concepção e da visão do espaço a ser trabalhado como um território que apresenta suas vocações naturais e identidades culturais, a Codevasf vem ampliando as suas ações apoiando instituições, principalmente na estruturação de cadeias produtivas. Todavia, a empresa também atua fortemente em outras áreas que contribuem para o desenvolvimento do estado do Piauí. Neste caso



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**7ª Superintendência Regional**

específico, propõe-se apoio à Universidade Federal do Piauí, uma importante instituição de ensino superior do estado do Piauí.

Assim, a contratação do fornecimento do item objeto da presente licitação justifica-se em razão do interesse público em propiciar um espaço adequado para conservar as plantas que compõem a flora dos diferentes biomas do estado do Piauí, visto que os arquivos deslizantes são vistos atualmente como a melhor e mais moderna estratégia de otimização de espaço e proteção de acervos científicos. Assim, o fornecimento de arquivos deslizantes para o TEPB se faz necessário para promover o adequado acondicionamento dos espécimes vegetais a serem conservados, uma vez que eles podem ser danificados por fatores bióticos e abióticos caso não sejam acondicionados de forma correta.

A partir da expansão da área de atuação a CODEVASF, mais parlamentares tem alocado recursos de emendas parlamentares para apoiar as ações de revitalização das bacias hidrográficas e de apoio a

instituições sem fins lucrativos e entes públicos, como associações, prefeituras e universidades. Neste sentido, torna-se necessária a realização de licitações pela Sede e Superintendências Regionais para aquisição de diversos materiais e equipamentos para atender as necessidades e demandas das comunidades e instituições das áreas de atuação da CODEVASF, garantindo assim, a possibilidade de uso de tecnologias, com redução considerável de custos, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade de vida para as populações atendidas. No Piauí, além dos recursos da LOA e de Créditos Suplementares, a alocação de recursos para desenvolver ações por meio de emendas parlamentares se dá desde a implantação da 7ª SR em 2001, onde desde então toda a bancada tem destinado anualmente recursos para ações de desenvolvimento via CODEVASF.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

A CODEVASF, a partir da Lei nº 14.053, de 08 de setembro de 2020, passou a atuar nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapicuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, Paraguaçu, Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, nos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe.

Dentre as áreas técnicas da empresa, a Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial da CODEVASF, por meio da Gerência de Desenvolvimento Territorial – AR/GDT, tem como competência definir diretrizes para a gestão de projetos e ações de revitalização das bacias, coordenação das ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, setor privado e sociedade civil organizada envolvidos na revitalização e na gestão territorial das bacias, assim como desenvolvimento de projetos e ações de apoio a outras instituições na sua área de atuação. Tais atribuições se estendem aos seus rebates nas Superintendências Regionais – SR's, através das respectivas Gerências de Revitalização - GRR's que desenvolvem suas ações mediante as demandas locais.

Neste sentido, o apoio às instituições parceiras é uma das estratégias da CODEVASF para estimular alternativas que viabilizem o desenvolvimento e o progresso em sua área de atuação. Esse apoio possibilita o desenvolvimento econômico, social e científico do país, além da valorização do capital humano e da governança local e pode ocorrer tanto no fortalecimento e estruturação das governanças como na forma de fortalecimento de estruturas da instituição parceira, por meio do fornecimento de implementos, materiais, insumos e construção de estruturas necessárias ao bom desenvolvimento de suas atividades. Além disso, com a aquisição de equipamentos e materiais para as instituições



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**7ª Superintendência Regional**

parceiras, garante-se assim, a possibilidade de uso de novas tecnologias, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade nos serviços prestados para a sociedade.

O apoio destinado a instituições, sejam elas públicas ou privadas, ocorre de forma continuada ao longo da área da atuação da CODEVASF, por se tratar de ações estratégicas, tendo em vista que a união de forças com outros entes que compartilham dos mesmos objetivos é algo indispensável para atingir os objetivos almejados pela empresa. Neste sentido, a aquisição de arquivos deslizantes para promover a modernização do acervo do Herbário “Graziela Barroso (TEPB)” da Universidade Federal do Piauí - UFPI, torna-se essencial para garantir adequação, conservação e proteção da coleção de plantas presentes nesse espaço, contribuindo assim para o desenvolvimento científico do estado do Piauí e, consequentemente, do país.

## **5. DESCRIÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM FORNECIDAS:**

Desde a instalação da 7ª Superintendência Regional, em 2001, mediante demandas a CODEVASF tem fomentado nos estados do Piauí e Ceará, sua área de atuação até 2020 (atualmente só Piauí - Lei nº 14.053/2020) o fortalecimento de instituições parceiras organizadas como pessoas jurídicas (associações de criadores e de produtores comunitários, cooperativas, colônias de pescadores, instituições de ensino tecnológico/agropecuário, entre outras), tendo como foco principal a promoção social, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento científico. Desse modo, como forma de apoiar essas instituições, estrategicamente a CODEVASF tem promovido seu fortalecimento, conforme demonstrado no Anexo deste ETP que destaca as ações da 7ª SR realizadas no período de 2010 a 2024, em que foram investimentos da ordem de R\$ 64,2 milhões de reais.

De acordo com o exposto, o quantitativo dos itens a serem licitados por meio desta licitação que irão viabilizar a aquisição de arquivos deslizantes para garantir a modernização do acervo do Herbário “Graziela Barroso (TEPB)” da Universidade Federal do Piauí - UFPI, encontram-se conforme equipamentos e materiais listados no Anexo II do TR do Processo eletrônico nº 59570.000648/2024-40e (Tabela 1).

Tabela 01: Quantitativo e descrição dos materiais.

<b>Item</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
Arquivos deslizantes	Face	180

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

A pesquisa de preços foi realizada considerando os parâmetros estabelecidos com base na Instrução Normativa (IN) nº 065/2021 – SEGES/ME e principalmente a Norma Técnica nº 440 da CODEVASF - Norma para Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviço, observando sempre as condições comerciais praticadas, os prazos de fabricação e entrega, o local de entrega, a quantidade a ser contratada e o frete.

1ª Fonte: Contratações similares feitas pela CODEVASF ou outro ente da Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

2ª Fonte: Preços obtidos nos sistemas oficiais de referência com valores atualizados no momento da pesquisa.

3ª Fonte: Pesquisa direta no mercado, mediante solicitação formal de cotação de no mínimo 3 (três) fornecedores.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
7ª Superintendência Regional

Os preços de referência estimados para cada uma das fontes (licitações anteriores, sistemas de referência e cotações de mercado) foram obtidos a partir do menor valor entre a média ou mediana do conjunto de valores que compuseram cada uma dessas fontes. Durante as análises dos preços obtidos através de cotação de mercado, foram desconsiderados os valores tidos como inexequíveis e excessivamente elevados utilizando como metodologia um dos seguintes grupos de referência: a) Descarte do maior preço, b) Descarte do menor preço, c) Descarte do maior e do menor preço, cumulativamente e d) Descarte dos dois maiores preços, cumulativamente.

O grupo de referência escolhido para sanear os valores, foi o que apresentou menor coeficiente de variação (CV) entre os preços restantes na análise, com os menores valores de média e mediana, buscando economicidade para a administração pública.

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Preço total por item (R\$)
1	<i>Arquivos deslizantes</i>	Face	144	11.229,30	1.617.019,20
2	<i>Arquivos deslizantes – Cota reservada para ME/EPP em 20,00 % referente ao item 1</i>	Face	36	11.229,30	404.254,80
<b>VALOR GLOBAL (R\$)</b>					<b>2.021.274,00</b>

Conforme a planilha com levantamento de custos na pesquisa de mercado, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 2.021.274,00 (dois milhões, vinte e um mil e duzentos e setenta e quatro reais), cotados em junho de 2024 (Peça 04).

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Os bens objeto desta contratação se classificam como bens comuns para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso.

Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP, considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, no momento da emissão das ordens de fornecimento ou viabilização de recursos orçamentários, tendo em vistas as diversas potencialidades, demandas e articulações para as referidas aquisições, conforme Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de fornecimentos frequentes;
- II. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**7ª Superintendência Regional**

Quando do fornecimento dos materiais e equipamentos, a mesma deverá garantir a assistência técnica no estado de entrega dos equipamentos (no que couber), bem como, fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos por um período mínimo de 12 meses, ou superior conforme o fabricante. O(A) fornecedor(a) deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meio dos canais de denúncias disponíveis.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

Por se tratar da constituição de Ata de Registro de Preços – ARP, já está previsto o fornecimento parcelado do quantitativo total licitado, com a emissão de Ordens de Fornecimento para fornecimento do quantitativo necessário de itens, conforme a disponibilidade de recursos orçamentários, já que se trata de Sistema de Registro de Preços – SRP.

## **9. AQUISIÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

Esta não é uma contratação correlata ou interdependente. A aquisição e o fornecimento do item podem ser realizados separadamente e, desde que haja concordância do fornecedor, pode ser utilizada para adesão à ARP (Ata de Registro de Preços) por outras unidades da CODEVASF, tendo em vista que o objeto é voltado ao fortalecimento de parcerias institucionais no estado do Piauí, e que nos demais estados que a empresa atua, as ações realizadas são semelhantes.

Prevê-se a admissão de adesão dos órgãos não participantes deste planejamento, sobretudo, outras Superintendências Regionais da CODEVASF, que desenvolvem ações semelhantes em outros estados, justificando-se a economicidade nas adesões às ARPs, tendo em vista que os preços unitários podem ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

## **10. ALINHAMENTO ENTRE O FORNECIMENTO E O PLANEJAMENTO:**

Como a Codevasf/7ª SR tem feito desde que iniciou suas atividades no Piauí e Ceará em 2001, com a perspectiva de anualmente dispor de recursos orçamentários de diversas fontes (Emendas Parlamentares, LOA, TEDs, Programas de Governo), no intuito de atender às demandas dos produtores, dos municípios e das instituições parceiras, são utilizados os planejamentos contidos no Plano Anual de Trabalho da Codevasf, por meio do qual a empresa prevê a Aquisição de Equipamentos e Materiais para estruturação de parceiros institucionais em sua área de atuação. Bem como no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2022-2026 da CODEVASF cuja a Missão é: "Promover o Desenvolvimento Regional de forma integrada e sustentável nas Bacias Hidrográficas, contribuindo para a redução das desigualdades". Sua Visão é: "Ser referência na execução de políticas públicas para o Desenvolvimento Regional".

## **11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Diante do exposto, a realização da licitação e posteriores contratações apresentam-se viáveis, tendo em vista as razões de interesse público em prol do desenvolvimento científico no Piauí e no Brasil, pois, se faz necessária a contratação dos fornecimentos/serviços objeto da presente licitação para atender às diversas demandas que por ventura sejam geradas junto à CODEVASF/7ª SR, desde que durante a





**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**7ª Superintendência Regional**

vigência desta licitação haja disponibilidade orçamentária para o atendimento dessas demandas, e assim possam ser efetivadas ações de apoio aos diversos parceiros no Piauí (conforme a Lei nº 14.053/2020), como está sendo proposto, a exemplo das já realizadas no período de 2010 a 2024 no Piauí e Ceará, com investimentos da ordem de R\$ 64,2 milhões de reais, conforme demonstrado através do Anexo deste ETP.

A CODEVASF tem entre suas atribuições dar as diretrizes para os projetos e ações de revitalização, bem como cuidar de sua gestão. Cabe à Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas da empresa coordenar as ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada, envolvidos com a revitalização e com a gestão territorial das bacias hidrográficas; desenvolver projetos e ações de apoio aos arranjos e atividades produtivas; e ainda fazer a gestão dos resultados gerados pela revitalização das bacias. Para tanto, via de regra a execução das ações fica a cargo das Superintendências Regionais, neste caso a 7ª SR agora com atuação no estado do Piauí, conforme a nova distribuição territorial da Empresa (Lei nº 14.053/2020).

## **12. RESULTADOS PRETENDIDOS:**

A modernização do acervo do Herbário “Graziela Barroso (TEPB)” da Universidade Federal do Piauí – UFPI proporcionará à comunidade acadêmica piauiense e aos taxonomistas do estado ou de outros locais do país um espaço adequado para realizarem seus estudos e desenvolverem suas pesquisas, contribuindo assim para o desenvolvimento científico do estado do Piauí e do país. Ademais, com a aquisição dos arquivos deslizantes, a capacidade de acondicionamento dos espécimes vegetais do TEPB será minimamente duplicada em relação à capacidade atual.

## **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:**

Para a aquisição pretendida, o processo deverá ter a anuência do Superintendente Regional, do setor de licitações, do setor jurídico, e ser aprovado pelo Comitê de Gestão Executiva da 7ª, para viabilizar a publicação do certame licitatório pretendido pela 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.

## **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:**

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº1 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**7ª Superintendência Regional**

mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas e todas as legislações vigentes que concernem as esferas do governo federal, estadual e municipal.

Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

## **15. CLASSIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE SIGILO**

Não é necessário sigilo.

## **16. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Considerando o compromisso da 7ª SR da CODEVASF para com o fortalecimento de instituições de sua área de atuação e o desenvolvimento científico do estado do Piauí, entende-se necessária a realização da presente Licitação, visando o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga, descarga e montagem de arquivos deslizantes que serão destinados à modernização do acervo do Herbário “Graziela Barroso (TEPB)” da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

**RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Cleyton dos Santos Fernandes**  
**ADR - 7ª GRR/UDT**

**DE ACORDO:** **José Ocelo Rocha Campos Junior**  
**7ª Gerência Regional de Revitalização - Gerente**

**Marcelo Vaz da Costa e Castro**  
**Superintendente - 7ª Superintendência Regional**

---

**APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE**